

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUDA
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020**

Pauta. : Cenas de uso, especialmente a Luz e a Cracolândia, violência nas cenas de uso e a ação do COMUDA.

Início da Reunião: 14:15h

Conselheiros presentes:

1. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Décio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br
2. Secretaria Municipal de Saúde
Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br
3. Secretaria de Governo Municipal
Bruno Valsani - bvalsani@prefeitura.sp.gov.br
4. Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas
Michel Willian de Castro Marques - michel.c.marques12@gmail.com

Conselheiros ausentes:

1. Fundação Porta Aberta
Alcione Moreno - alcionem@uol.com.br
2. Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
Elizete Aparecida Rossoni Miranda - elizete@patriciabezerra.com.br
3. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer
Mateus Torres Penedo Naves - mtpnaves@prefeitura.sp.gov.br - 3396-6540
4. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP
Rafael Gomes Mariano - rafael.mariano@crfsp.org.br
5. Associação de Apoio ao Projeto Quixote
Cecília Motta - cecimotta@uol.com.br
6. Centro de Convivência é de Lei
Maria Angélica Comis - angelica@edelei.org
7. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
Felipe Aureliano Martins - felipemartins_fsp@usp.br - 98169-9344
8. Secretaria Municipal de Cultura
Ana Cecília Lessa - aclessa@prefeitura.sp.gov.br - 99612-1165

9. Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP
Patrícia Ferreira da Silva – patricia@cress-sp.org.br
10. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Silvia Helena Marchesan - smarchesan@prefeitura.sp.gov.br
11. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Décio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br
12. Secretaria Municipal de Saúde - AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br
13. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP - AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Cristiano Ávila Maronna - cmaronna@msm.adv.br
14. Conselho Regional de Terapia Ocupacional
Adriano Conrado Rodrigues - cidajordao@crefito3.org.br
15. Conselho Estadual de Drogas - AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Vera Lucia Bagnollesi - vbagnolesi@sp.gov.br
16. Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
Paulo Ferreira da Silva - paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br
17. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br
18. Secretaria Municipal de Educação - AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Marcia Helena Matsushita - mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br
19. Secretaria Municipal de Segurança Urbana
Nilson da Silva Rosa - nsrosa@prefeitura.sp.gov.br
20. Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
Sonia Francine - soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br
21. Instituto Sedes Sapientiae
Rubens Kushimizo Xavier - rubenskushimizo@hotmail.com
22. Faculdades Anhanguera - AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Jaqueline Santos Viana - jaqueline.viana@anhanguera.com
23. Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP
Tatiana Regina Criscuolo - tatianacriscuolo@cremesp.org.br
24. Representantes do Conselho Estadual de Drogas
Marta Elena Reis - martaelenareis@yahoo.com.br
25. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP/SP
Marcos Muniz de Souza - mmuniz.souza@gmail.com - 99823-2314

Décio inicia a reunião dizendo que por razões climáticas e pela situação da cidade devido às chuvas a população não está conseguindo se deslocar, observando que esta é a causa do número reduzido de pessoas presentes na reunião, tanto de conselheiros como de participantes. Lembra que a reunião não poderia ser anulada, pois havia sido decidida em plenário, não havendo mecanismos para alterar a data mesmo em situações críticas como as daquele dia.

Prossegue dizendo que no sábado houve eleição do comitê pop rua com uma grande participação da população – cerca do triplo das outras eleições. Chama a atenção para o caráter interessante de todo o processo, parabeniza a organização social Centro de Convivência É de Lei que terá a possibilidade de participar de um novo campo de atuação. Se a organização não atua diretamente com a população de rua, sua temática é próxima da problemática dessa população.

Eliana afirma que a candidata Janaína da Cracolândia foi a mais votada, tendo uma grande representatividade com quase novecentos votos.

Michel lembra que o É de Lei existe há mais de 20 anos, sempre trabalhou com drogas, com a questão de danos associada ao uso de drogas, HIV - AIDS , mas sempre com uma população marginalizada, em situação de rua. “Esta não é mas é a nossa população principal, que a gente atende principalmente para construir as políticas”. Apresenta Carlos, um das pessoas que representará o É de Lei.

Décio fala sobre a pauta: a questão das cenas de uso, especialmente a Luz e a Cracolândia, a violência nas cenas de uso e a ação do COMUDA. A cena de uso da Cracolândia nos últimos dez dias tornou-se uma discussão em vários aspectos, principalmente depois da publicação da pesquisa da Unifesp.

É perguntado sobre o que é essa pesquisa por um participante e Décio dá maiores detalhes sobre a pesquisa da Unifesp.

Michel explica também que é a pesquisa é como um censo, dados mais qualitativos ainda não foram divulgados.

Décio diz que a pesquisa não aborda as questões críticas das cenas de uso; uma das questões críticas é a questão da violência. Talvez apareça alguma questão qualitativa como a vivência do usuário em relação à violência que sofrem. Talvez haja algum dado deste tipo, mas ainda não sabemos. Seria interessante se a pesquisa fornecesse dados sobre os pontos críticos da Cracolândia.

Bruno lembra que a pesquisa se relaciona com o assunto da reunião. A pesquisa tem uma parte qualitativa e outra quantitativa e seus dados implicam em uma narrativa dos porquês e de como tratar o problema da Cracolândia. Ela evoca questões e possibilidades, uma delas diz respeito à governança : o grupo que está entrando, o grupo que está saindo e o grupo que está estático. Há a questão do que fazer com as pessoas que estão estáticas, não é o poder público que poderá dar uma resposta. Como as

questões de segurança são trabalhadas em relação a esse público? Isso pode justificar uma força truculenta dos agentes de segurança, o que deve ser tratado com urgência.

Michel ressalta que estão em ação várias ações truculentas feitas pela polícia militar ou pela guarda.

Décio diz que, há informações da imprensa também que há uma visibilidade, um aumento de tensão e de confronto com a força policial. Ao mesmo tempo, se vamos aprofundar um pouco mais a questão da violência, devemos abordar também outros aspectos dela dentro do território. Ampliar um pouco mais o debate.

Cléber ressalta que a violência existe desde outros governos e era maquiada. O mapa do território mudou. Isto está relacionado à especulação imobiliária e as grandes construções. Havia antes uma GCM com uma “pegada” de redução de danos. Com a chegada do programa de higienização as fronteiras entre as comunicações foram cortadas. “Hoje temos uma abordagem da questão da segurança que é patrimonial, pegando as pessoas no território no bairro da Luz, que simboliza a Cracolândia”.

Existem muitos tipos de moradores na Cracolândia. A mesma bomba que cai nessas pessoas cai também em quem é da Cracolândia. Cléber prossegue dizendo que é contestado por receber o bolsa-família, que reportagens dizem que beneficiários do bolsa-família usam a bolsa para comprar crack.

Eliana afirma que o flagrante que a polícia militar está dando no usuário, qualifica-o como traficante, e o mesmo vai direto para audiência de custódia no fórum.

Cléber retoma a palavra se colocando como um cidadão civil que busca melhoria, que tem a sua causa. A GCM é uma questão social. O problema continuará enquanto não forem dados habitação, educação, cultura, trabalho e identidade social.

Décio diz que existe na Cracolândia uma população de trabalhadores que acaba sofrendo a violência policial. Há na Cracolândia a presença do poder público e do poder não público, das organizações não governamentais que atuam lá, e tem também uma população trabalhadora que não é pequena e que eventualmente acaba sendo prejudicada pela violência. Nesse aspecto há uma ampliação da violência que não é exatamente seletiva. As pessoas geralmente andam com crachá, com colete, com avental, os auxiliares, os enfermeiros, trabalhadores da saúde mental. Existe uma situação mais ampla que também gera uma contradição. Nós temos um órgão do setor público atuando com pessoas que também são do setor público. Mesmo que sejam as pessoas que trabalham nas ONGs, a essência delas é atuar no papel a que se propõem.

Eliana afirma que o atendimento é feito pelo SES pelo Vida Nova, o Redenção pelo IABAS, o Recomeço pela SDM e o Atende pela Encores. Todos estão no mesmo estágio de vulnerabilidade, pois na hora que a polícia estoura, todos são atingidos.

Michel diz que há um agravante: quem está em equipamento não tem pra onde correr quando a polícia ou a guarda faz alguma ação. Os agentes do IABAS ou do SES ou do

Redenção na rua conseguem porque eles não estão parados, não precisam abandonar nenhum posto, então eles conseguem dispersar, correr. É muito importante frisar essa questão da violência contra os trabalhadores do Estado, a violência institucional de um órgão para outro órgão. Isso mostra o quanto a inter-setorialidade é falha no território.

Eliana ressalta que a GCM é mais aberta ao diálogo que a polícia por ser municipal.

Décio completa a fala de Eliana dizendo que a integração é bastante importante e necessária. Quando a ação policial vai se efetivar, ela segue uma orientação específica da de atuação, quer seja GCM, quer seja PM. As ações são consideradas de impacto, existem os objetivos da força policial. Esses objetivos são buscados, logo não tem como combinar alguma coisa, pois há a própria natureza da ação.

Cláudia diz que a integração inter-setorial é importante, até porque a violência contra outros setores mostra que a integração é importante. “Nós estamos falando de uma violência que é posta para todos, estamos falando de uma violência geral. Como já foi bem colocado, a segurança pública tem as suas formas de equação. O que a gente precisa pensar é como fazer essa interação; já existiu uma forma de trabalhar mais humanizada, mais integrada. Já houve uma época em que tínhamos a GCM como mediador de conflito... Essa deve ser a nossa proposta”.

Eliana lembra que a legislação municipal da GCM tem um item que fala da proteção do vulnerável. Questiona se há algo equivalente em relação a PM.

Michel fala dos papéis das secretarias. Cada serviço e cada secretaria tem um papel. Os Secretários estão afinados em relação à integração entre as secretarias. Porém há um problema de integração, a guarda não consegue respeitar o trabalho da saúde, da assistência, do trabalho, pois há a questão da segurança. É preciso transmitir para os secretários e para o prefeito que as pessoas do território precisam ser ajudadas.

Cláudia intervém e fala da importância de fazer do GCM um agente de cuidados. E ser de fato um agente de segurança para todos.

Michel prossegue dizendo que é preciso lembrar ao município que ele não pode de modo algum tomar o papel do Estado. Prender traficante não é o papel da nossa guarda, é papel da polícia militar. É importante conseguir que a guarda trabalhe a partir das portarias, decretos, da legislação municipal de cuidado com as pessoas. Cuidados e segurança para os trabalhadores.

Décio diz que a ação precisa ser um pouco mais refinada. A ação da polícia militar é uma ação de ataque, ela é uma ação de dispersão de população. Essa é a técnica que a polícia militar usava na década de 60, 70 e 80 em relação às passeatas, às aglomerações, às políticas que tinham na rua. Há uma metodologia de atuar no ponto específico do conflito. Como pano de fundo há uma situação paradoxal. A venda e compra de drogas é ilegal. O Estado está agindo dentro do sistema, de um lado você tem gente que vende, de outro lado gente que compra. Existe uma contradição difícil, principalmente do ponto

de vista da GCM. Se a GCM não atua, ela poderá ser cobrada de uma atuação diante de algo de cunho criminal.

Eliana fala que, no caso GCM, o poder público deverá assegurar que a autoridade máxima da pasta ou a prefeitura seja imediatamente notificada para cessar a violência

Michel diz que isso não compete ao COMUDA cujo principal foco é a aplicação e acompanhamento da política pública que está sendo posta pela população. “Acho que é importante a gente considerar esse nosso pedacinho de atuação”.

Eliana fala do caso da cidade Tiradentes. Uma área de proteção ambiental onde há usuários. Não tem abordagem, a assistência social não está presente. Os usuários estão vulneráveis dentro de um pedaço de floresta.

Ruth afirma que esta também é a situação da Brasilândia, onde não há presença da Secretaria de Assistência. A população de rua cresceu bastante. A assistência mais próxima está na Lapa.

Cláudia ressalta que a organização da Luz - com tantos atores e órgãos envolvidos, com a GCM e a SMADS presentes, com ONGs trabalhando - não existe em outros locais.

Ruth diz que o problema nas periferias cresceu bastante. Periferia por si só é sinônimo de vulnerável. Tem crescido o número de pessoas em situação de rua. Isso não é só na Brasilândia tem também, por exemplo, na região da Penha. Tem crescido o número de população em situação de rua. Na última vez que conseguimos pesquisar, nós assinalamos cerca de 25 cenas de uso somente na Brasilândia. A cada dia é um posto de gasolina que vira cena de uso, é uma rua que se torna cena de uso”. As novas descobertas são notificadas, mas a quantificação é difícil.

Cléber afirma que quando a célula se expande, quando o usuário se sente hostilizado, ele vai formar outra célula, porque o usuário não vai sofrer hostilização. Vai ser criada uma conexão com a Cracolândia. Tem GCM que age de uma maneira tranqüila, e tem GCM que atua de outra maneira. As pessoas estão em quarentena na Cracolândia. Não é uma questão de segurança, pois segurança não há. Vira e mexe desaparece uma pessoa.

Se for para fazer uma frente de ação de conscientização da GCM, é preciso considerar que a GCM tem comandos e comandos. Quando se faz uma barreira ninguém passa e o cidadão que é trabalhador é obrigado a voltar. A pessoa diz “eu moro na região”, mas a GCM ignora. Trata-se na verdade de uma forma de averiguação e controle de quem leva, de quem traz e de quem está. É assim que agem para adentrar na região e fazer uma série de operações. Isso acontece todos os dias, em todos os plantões.

Cláudia diz que alguns comandos da GCM têm um perfil mais humanizado, mais fácil de lidar. E tem alguns comandos que não. “O que nós devemos levar como questão é: como lidar com estes comandos que não tem uma postura mais adequada?” Para lidar com o trabalhador é necessário uma forma mais tranqüila, mais respeito.

Michel assinala que o problema não é o preconceito, as pessoas têm o direito de ter preconceito, mas na relação profissional não dá pra ter.

Cléber lembra que o usuário tem família e quando ela percebe o estigma da Cracolândia, sente a barreira do medo. Muitos usuários têm família e querem voltar para ela, mas têm vergonha. As pessoas fazem uso, se encontram em situação de declínio social e esquece-se de sua identidade social. A estigmatização da mídia cria uma barreira muito distante entre a família e o usuário.

Bruno faz uma ressalva dizendo que ele não conhece bem o COMUDA e pergunta se é possível chamar a GCM para conversar, para uma troca de idéias.

Décio responde que qualquer órgão do governo pode ser convidado. O COMUDA tem um conselheiro da Secretaria Municipal de Segurança. Nós podemos convidar para vir e nós podemos também nos convidar, quer dizer, podemos tirar uma comissão do núcleo do conselho e pedir uma audiência com o próprio comandante.

Claudia afirma que é melhor, primeiro, o COMUDA fazer a discussão e então, se achar por bem, fazer um movimento maior.

Ruth cita a Brasilândia dizendo que há uma Inspectora na região que pode ser interlocutora. Ressalva que eles não podem atender por não estarem dentro dos critérios de prioridade. Então, quando acontece um problema de intervenção tem que vir o secretário. Questiona o que pode ser pensado para estabelecer um diálogo institucional.

Segue discussão sobre a definição e o número de cenas de uso na cidade de São Paulo.

Michel lembra que é importante considerar que os critérios não são específicos do centro, mas pertencem a todo o município de São Paulo. Para não perder o foco é preciso pensar a questão da violência da GCM nas cenas de uso. Há ainda a questão da inter-setorialidade não somente na Cracolândia, mas no município. É preciso caminhar na direção da intersetorialidade, da política de drogas e da violência da Guarda.

Nas cenas de uso há ação da polícia militar. Eliana fala da covardia, pois o usuário tem para reagir apenas madeira e cachimbo contra bala de borracha e bomba de efeito moral.

Michel lembra a questão do cerco na Cracolândia, considerada por ele uma ação de terrorismo contra as pessoas, não houve bomba, mas houve uma ação para fazer as pessoas se movimentarem. Qual é a força empregada ali? Porque nem em guerra é assim. Eliana lembra a ação dos caminhões pipas, e diz que em uma ocasião o caminhão esteve prestes a passar por cima de um usuário. Lembra o medo da intervenção policial. Muitas vezes o policial não acredita que a pessoa interpelada não esteve na cadeia.

Discussão sobre o autoritarismo e arbitrariedade da intervenção policial, sobre as possíveis reações dos usuários e sua impossibilidade de defesa, assim como a perda de bens pessoais (colchão, cobertores, documentos). Além de violência e agressões, há

perda dos bens pessoais e roubo dos usuários. As pesquisas não abordam questões como essa e acabam contribuindo para aumento do preconceito.

Décio fala que foi feita uma constatação importante: a política tem muito mais atuação na área central do que em outras áreas. Essa é uma questão importantíssima.

Cláudia contempla a fala de Décio dizendo que há um maior investimento das políticas sobre drogas na Luz em detrimento de outras áreas. Isto traz um desequilíbrio. As outras cenas nascem da própria Cracolândia, sendo um desdobramento dela.

Ruth diz que as cenas de uso que vão se formando em outras regiões são determinantes para aquela região. Há pessoas que estão em situação de rua na Brasilândia há mais de dois anos, que não foram para a Cracolândia, que moram na Brasilândia. São pessoas que ficam no território. Elas participam das cenas de uso do seu território.

Michel ressalva que são poucas as cenas de uso que são constituídas pela dispersão da Cracolândia. Existe um processo de migração entre as várias cenas de uso.

Ruth reitera que esse processo foi visto em 2010/2011 quando houve o começo do processo de desmembramento da Cracolândia com a expansão dos territórios vizinhos. É importante considerar que as cenas de uso da periferia, sempre estiveram lá. É que a visibilidade, por conta da expansão imobiliária, acontece no centro, e não na periferia.

Discussão sobre a pesquisa da Unifesp. Esta fez um recorte estático de uma cena de uso que não reflete as cenas de uso em São Paulo.

Discussão sobre os comandos. Existe uma variedade de comportamentos e de orientações, que depende do plantão. Tem comando que desenvolve uma ação mais humana, mais adequada à interação da população, tem comando que faz uma atuação de pressão e de opressão, que promove uma relação de tensão maior do que a que já existe. É mencionada a possibilidade de dialogar com o comando, ou de convidá-lo, ou na possibilidade de pedir uma audiência inicialmente com o próprio representante da GCM.

Michel retoma a palavra para abordar a violência que existe dentro dos territórios sem relação com cenas de uso específicas. Trata-se do percurso pregresso dos usuários, da sua relação com os Caps AD que não têm condições de cuidados, onde há violência institucional. “A gente houve do diretor do hospital que havia diversos trabalhadores de saúde no momento em que aconteceu aquilo (morte de um paciente)”. Sabemos, no entanto, que cuidados não estavam sendo feitos conforme as regras do CRM. Isso mostra uma violência institucional que acontece nas periferias e em serviços em que não se consegue intervir. “Tem Caps AD que são muito bons, que trabalham numa lógica que a saúde mental entende que tem que trabalhar nas diretrizes de saúde mental, e tem Caps que faz diferente, onde tudo precisa ser construído do zero”. É importante tratar da violência institucional e perguntar como são feitos os cuidados.

Décio reitera que o COMUDA pode abordar a questão da violência institucional. As orientações do SUS feitas já há algum tempo atrás, Humaniza SUS, colocam essa questão. A qualificação dos cuidados. “No Ministério da Saúde temos tudo isso bem colocado, tem todos os documentos de orientação, de humanização. É importante o que tem no Ministério da Saúde sobre política, então vamos registrar a questão institucional, que podemos aprofundar em outra discussão”.

Michel fala da ampliação da política de drogas no território, da integração. Como a Secretaria de Direitos Humanos tem conversado com os caps ad? O que tem sido feito?

Cláudia diz que existe uma política de saúde mental ministerial que ultimamente sofreu um abalo mas a política municipal continua a mesma. “A gente nunca mudou a nossa política de álcool e drogas, ela sempre foi à mesma”.

Michel diz que é preciso avançar na questão do Redenção. Na fase 2 o Redenção cria um programa para a região central. O que se leva dessa força tarefa para os territórios?

Bruno diz que o Redenção não foi criado para ter foco na região central. Ocorre que, em um momento inicial, houve ações concentradas na região da Cracolândia. O Redenção fase 2 está desenvolvendo serviços em regiões que não estão no centro, as equipes de SIAT estão focadas no centro e terão ações em outros locais nos próximos meses. O Redenção vem se desenvolvendo. Ele teve no início uma concentração, um enfoque na região da Cracolândia, mas não tem necessariamente essa definição. Assim como a lei sobre o álcool e outras drogas também não tem.

Discussão sobre as regiões abarcadas pelo projeto Redenção. Importância de ampliar a política, de modo que ela se desenvolva e se dirija à novos centros.

Bruno fala dos públicos com os quais o Redenção trabalha. A política trabalha com um público de usuários, de álcool e outras drogas. E também trabalha com uma população usuária em vulnerabilidade social. O Redenção tem a atribuição de trabalhar com um público que está em sofrimento pelo uso abusivo de álcool e outras drogas. Está em vulnerabilidade social e está em risco social também.

Discussão sobre a atuação territorial do Redenção. Michel lembra que as únicas atuações do Redenção são no centro. A porta de entrada do Redenção está na abordagem. E diz que é preciso ampliar o serviço para as outras cenas de uso.

Décio fala da capilaridade do movimento que está caminhando para o centro expandido. A expansão para a periferia é um processo. O movimento é do centro para a periferia, até mesmo porque no centro o problema é gritante. O problema é mais volumoso e tem mais visibilidade. A visibilidade aconteceria por causa da mídia.

Décio finaliza a reunião. Importância de trabalhar informações com o Nilson, paralelamente encaminhar uma conversa com o comando da GCM. Michel propõe levar as discussões para a reunião ordinária e fazer os encaminhamentos a partir de lá. Assinala que o regimento atual não determina qual seria o quórum mínimo para reuniões extraordinárias. Décio propõe encaminhar o resultado da discussão aos demais

Conselheiros na perspectiva desenvolvida na reunião. Possibilidade de estabelecer uma linha de discussão e convidar o Comando para um encontro. Oficializar o encontro com a guarda via SEI. As secretarias devem saber o que foi discutido, levar para dentro das secretarias a intersetorialidade, não somente a questão da GCM.

Encerrada a reunião.